

## Os sujeitos infames na literatura: o ensino de literatura afro-brasileira como um modo de resistência

*Los sujetos infames en la literatura: la enseñanza de literatura afro-brasileña como un modo de resistencia*

**Bruno da Silva Rodrigues**

Universidade Estadual da Paraíba

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7914-8996>

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo analisar quais são os procedimentos de exclusão que incidiram sobre o corpo negro e, conseqüentemente, sobre sua produção literária no Brasil. A questão norteadora do presente estudo é: por que a maioria das produções literárias produzidas por homens e mulheres negras não ganharam visibilidade na sociedade brasileira? Para responder a essa pergunta, nos ancoramos teórico-metodologicamente nos Estudos Discursivos Foucaultianos a partir de seu método arqueogenealógico, pois enquanto a arqueologia pretende descrever o discurso para revelar como o saber nele aparece regulado, a genealogia quer mostrar como, nas práticas discursivas, há uma relação entre saber e poder. Além disso, recorreremos às considerações da Análise de Discurso de orientação francesa, campo de saber que possui como objeto de estudo a produção de efeitos de sentido, realizada por sujeitos sociais, que usam a materialidade da linguagem. A Análise de Discurso de Orientação francesa oferece ferramentas conceituais para a realização de gestos de leitura dos acontecimentos discursivos. Desse modo, partimos do pressuposto de que, por ser o homem constituído na relação que se dá entre a língua, a história e os dispositivos de saber-poder, sua produção é atravessada por ideologias e pelo olhar social considerado verdadeiro da época. Nesse sentido, consideramos que os estereótipos construídos sobre o sujeito negro durante o período escravocrata – que ainda circulam na contemporaneidade – são responsáveis pela manutenção de uma literatura *branca* pautada, sobretudo, no cânone literário peninsular. Nessa orientação, concluímos que por meio de uma rede de relações de poder e de saber, o cânone peninsular produziu efeitos de sentido sobre a literatura brasileira – inclusive na concepção do que é literatura – e que o ensino da literatura afro-brasileira, compreendido como um modo de resistência neste estudo, é um dos caminhos possíveis para a

desconstrução do preconceito racial na sociedade brasileira.

**Palavras-Chave:** Literatura Afro-brasileira. Discurso. Preconceito racial. Resistência.

**Resumen:** El presente artículo tiene como objetivo analizar los procedimientos de exclusión que afectaron al cuerpo negro y, en consecuencia, a su producción literaria en Brasil. La pregunta guía de este estudio es: ¿por qué la mayoría de las producciones literarias creadas por hombres y mujeres negras no han obtenido visibilidad en la sociedad brasileña? Para responder a esa pregunta, nos basamos teóricamente en los Estudios Discursivos Foucaultianos a través de su método arqueogenealógico. Mientras que la arqueología busca describir el discurso para revelar cómo el conocimiento en él aparece regulado, la genealogía busca mostrar cómo, en las prácticas discursivas, hay una relación entre el conocimiento y el poder. Además, recurrimos a las consideraciones del Análisis del Discurso de orientación francesa, un campo de conocimiento que tiene como objeto de estudio la producción de efectos de sentido realizada por sujetos sociales que utilizan la materialidad del lenguaje. El Análisis del Discurso de Orientación francesa proporciona herramientas conceptuales para llevar a cabo la interpretación de los eventos discursivos. Así, partimos del supuesto de que, al ser el ser humano constituido en la relación entre el lenguaje, la historia y los dispositivos de conocimiento-poder, su producción está atravesada por ideologías y por la mirada social considerada verdadera en ese momento. En este sentido, consideramos que los estereotipos construidos sobre el sujeto negro durante el período esclavista, que aún circulan en la contemporaneidad, son responsables de mantener una literatura blanca basada principalmente en el canon literario peninsular. En esta línea, concluimos que, a través de una red de relaciones de poder y conocimiento, el canon peninsular produjo efectos de sentido sobre la literatura brasileña, incluso en la concepción de lo que es la literatura, y que la enseñanza de la literatura afro-brasileña, entendida como una forma de resistencia en este estudio, es uno de los caminos posibles para la deconstrucción del prejuicio racial en la sociedad brasileña.

**Palabras clave:** Literatura Afro-brasileña. Discurso. Prejuicio racial. Resistencia.

## Introdução

Diversas são as existências destinadas a passar sem deixar rastros. Michel Foucault, um dos principais pensadores do século XX, as denomina de vidas infames. A partir desse autor, entende-se por sujeitos infames os corpos que estão à margem da sociedade, vozes que foram – e continuam sendo, em certo grau – silenciadas.

Ao longo da história, *sujeitos infames* produziram literatura, só para citar alguns, a mulher, o índio e o negro. Contudo, pouca luz incidiu sobre eles e sobre suas produções literárias. Nesse sentido, dar visibilidade às obras produzidas por esses corpos que foram excluídos socialmente, significa oportunizar que deixem registros no mundo e um dos meios possíveis é o ensino de literatura.

Neste texto, para fins de delimitação, ocupar-se-á apenas da posição sujeito ocupada por corpos negros, corpos que ganharam novas discursividades pelo sistema escravocrata. A questão que orienta o presente artigo é: Por que obras produzidas por homens e mulheres negras não ganharam visibilidade na sociedade brasileira?

Com efeito, há uma infinidade de textos produzidas por homens e mulheres negras que ainda não possuem um regime de visibilidade e, por isso, são consideradas secundárias, indignas de fazerem parte do que chamamos de cânone brasileiro. Não é demais destacar que a maioria das obras que dão forma ao cânone possuem, na realidade, uma estética-literária que remete, sobretudo, a Portugal.

Nesse sentido, a ausência do negro como protagonista na literatura brasileira nos orienta a pensar nos procedimentos de exclusão que incidiram sobre o corpo negro no Ocidente, os quais procuram interditar e subjugar não só o corpo negro, mas também suas produções intelectuais, artísticas e literárias, ainda marcadas por estigmas relacionados à cor da pele.

Diante dessas considerações, objetiva-se, neste artigo, analisar quais são os procedimentos de exclusão que incidiram sobre o corpo negro com o intuito de apresentar possibilidades, por meio do ensino da literatura, principalmente, afro-brasileira, de desconstrução do olhar preconceituoso que se constituiu sobre o negro, materializado e reforçado, inclusive, em

diversos textos literários, ainda que de modo inconsciente.

Para tanto, será apresentado, na primeira seção, um panorama da história do negro no país. Já na segunda seção, dividida em dois momentos, discutir-se-á, em primeiro lugar, sobre a representação do negro em diferentes obras literárias. Em segundo, verificar-se-á os procedimentos de exclusão que incidiram sobre o negro e sua produção literária. Por fim, na terceira seção, procurar-se-á demonstrar a importância do ensino de literatura afro-brasileira nas aulas de língua portuguesa e de literatura, pois além da formação de cidadãos competentes e autônomos, é necessário também a formação de cidadãos solidários e antirracistas, comprometidos com as questões sociais que permeiam a sociedade.

O ensino da literatura afro-brasileira é extremamente necessário, especialmente em um país como o Brasil, que é estruturalmente racista. Abordar a representação do corpo negro na literatura brasileira nos ajuda, por exemplo, a compreender como o negro foi compreendido ao longo da história do nosso país. Essa reflexão sobre o passado é um convite para pensar sobre o negro na contemporaneidade. Além disso, dar lugar à literatura afro-brasileira e ao corpo negro é imprescindível para uma sociedade mais justa e igualitária, pois por meio do ensino da literatura afro-brasileira, o olhar dos estudantes sobre o negro pode ser modificado e, por sua vez, eles podem contribuir para transformar a sociedade.

Este trabalho caracteriza-se metodologicamente por uma abordagem qualitativa, pois tem como marca a interpretação (ORLANDI, 2003). Ancora-se na Análise de Discurso de orientação francesa, doravante AD. Na AD, teoria e o método estão imbricados. Destarte, as categorias teóricas são também analíticas e cabe ao analista do discurso articulá-las no entremeio das relações colocadas pela Língua e pela História. Justifica-se a escolha por esta teoria, pois ela considera a língua e a história como categorias constituintes da ideologia dos sujeitos. Isso significa que, após a análise, é possível observar as posições socioideológicas dos personagens, narradores e até mesmo dos autores no texto literário.

Este estudo dialoga também com os Estudos Discursivos Foucaultianos, a partir de diferentes noções e conceitos materializados em diferentes livros, cursos e

entrevistas (2003, 2014). Assume-se a perspectiva arqueogenealógica, método formado na e pela articulação entre as fases arqueológica e genealógica de Michel Foucault. Isso significa que, além de dar conta das condições de emergência de discursos que possuem o negro como objeto, busca-se compreender as relações entre os saberes e os poderes que fazem com que determinados discursos irrompam em nossa sociedade e não outros em seu lugar. Fazer uma análise discursiva, no sentido de Foucault, parte da compreensão de que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua, ao mesmo tempo, relações de poder.

### **A história do negro no Brasil**

Foucault (2014) observa que poder e saber estão diretamente implicados. No tocante ao negro, diversos foram os saberes e poderes que emergiram durante o período escravocrata, que em conjunto, atuaram no sentido de torná-lo inferior, ao ponto de não ser considerado humano.

A igreja católica, por muito tempo, atribuiu a marca de Caim ao negro. De acordo com a narrativa bíblica, Caim, filho de Adão e Eva, mata seu irmão Abel e, como punição, é banido da presença divina e recebe uma marca. Conforme Jacintho (2022), “a marca de Caim é a marca do exilado, que carrega consigo o sinal de seu desterro, perpetuando sua condição e o não pertencimento que decorre dela”. Por meio dos discursos que relacionavam a marca de Caim aos negros, a escravização foi justificada. É claro que este saber estava aliado ao poder, principalmente, econômico, pois naquele momento histórico, a sociedade, composta por portugueses, beneficiava-se da força de trabalho dos negros.

A história dos negros foi alvo de diferentes tipos de poderes aliados a diversos saberes com o objetivo de explorá-los ao limite, mas ao mesmo tempo tornando-os dóceis, como as promessas de alforria por bom comportamento. Não há como abordar a história do negro no Brasil sem tocar no tema da escravização do povo africano, um dos momentos mais cruéis da nossa história.

Como se sabe, o ato de escravizar é uma prática antiga, mas se apresentava de modo bastante diferente

quando comparada com o que se chama de escravização moderna, pautada na diáspora africana. Antes, a escravização ocorria em situações bem específicas, como pagamento de dívidas, pena por crime ou trabalho forçado de prisioneiros de guerra, entre outros. A escravização moderna, por outro lado, tornou-se um negócio bastante lucrativo em uma sociedade mercantilista e capitalista.

Por meio do tráfico negreiro, realizado entre os séculos XVI e XIX, milhões de africanos foram retirados de suas comunidades e forçados a trabalhar no Novo Mundo. O Brasil explorou os africanos para atender às crescentes necessidades de uma economia carente de mão de obra, principalmente, na produção na agricultura e na mineração. Os portugueses na América, confrontados com o problema de falta de braços, tinham estado na dependência do trabalho negro (BETHELL, 2002, p.22). Assim, ao longo de mais de três séculos, a mão de obra escrava foi o pilar das relações de trabalho no período colonial. Vale destacar que a escravização não se deu somente no Brasil, no entanto, este foi o último país, em todo o Ocidente, a aboli-la.

Durante 300 anos, do começo do século XVI ao do século XIX, o comércio transatlântico de escravos – a migração forçada de africanos para trabalhar como escravos nas plantações e nas minas das colônias britânicas, francesas, espanholas, portuguesas e holandesas na América do Norte e do Sul e no Caribe – foi praticado, legalmente e em escala sempre crescente, pelos mercadores da maior parte dos países da Europa Ocidental e seus congêneres coloniais, com a ajuda e a cumplicidade de intermediários africanos (BETHELL, 2002, p. 13).

A escravização era legalizada e os escravizados eram considerados propriedades, podendo ser vendidos, alugados e até leiloados. Tanto a igreja quanto o estado, por exemplo, escravizavam. Para o estado, os escravizados trabalhavam na construção e manutenção de obras públicas, o que mantinha o sistema escravocrata em funcionamento devido aos benefícios para “todos”. beneficiavam. Até mesmo pequenos produtores contribuíam para esse sistema.

A população escravizada do Brasil era recomposta regularmente, pois muitos morriam durante a

travessia, outros por doenças e outros pelas condições de trabalho forçado no campo. Por ser possível, naquele momento histórico, atualizar o número de escravizados, eram explorados até os limites, já que os senhores não se preocupavam se morreriam ou não.

Posteriormente, no século XIX, a coroa portuguesa passa a ser pressionada internacionalmente, principalmente pela Inglaterra. Por meio de tratados, a coroa portuguesa se viu obrigada a interromper o tráfico negreiro em 1850. Conseqüentemente, já não era possível renovar a população escravizada no país.

Conseqüentemente, o número de africanos tendeu a diminuir enquanto o número de crioulos, ou seja, negros nascidos no Brasil, tendeu a crescer na população cativa. O preço dos cativos aumentou rapidamente depois de 1850 e isso teve como consequência a concentração dos escravizados em mãos de um número cada vez mais reduzido de proprietários. Os menos afortunados vendiam seus escravos para os mais ricos (ALBUQUERQUE; FILHO, 2006).

Nesse contexto, as discussões sobre a abolição da escravidão se intensificaram no Brasil. Estudos recentes apontam que a fuga dos escravizados e a formação dos quilombos aceleraram o processo abolicionista. Albuquerque e Filho (2006) apontam que nas duas últimas décadas que antecedem a abolição, foram marcadas pelo aumento das fugas e do número de quilombos em todo o Brasil.

Para acalmar os ânimos dos escravos e atender às pressões internacionais, a partir de 1860, o governo imperial passou a tomar algumas medidas para promover a substituição gradual do trabalho escravo. Em 1865, por exemplo, condenou-se o castigo com chicote. Em 1866, declarou extinto o trabalho de escravos em obras públicas. Em 1869, proibiu-se o leilão público de escravos e a separação de marido e mulher, além de estabelecer que as mães não poderiam ser separadas dos filhos menores de 15 anos nas operações de compra e venda. Posteriormente, aprovou-se a lei 2040, de 28 de setembro de 1871, mais conhecida como lei do ventre livre. Esta lei determinava que os filhos de escravas nascidos a partir daquela data seriam livres e deveriam ser cuidados pelos senhores até os oito anos de idade. Após esse período, os senhores poderiam

optar entre receber uma indenização ou utilizar do trabalho deles até a idade de vinte e um anos. Além disso, essa lei permitia que os escravizados recorressem à justiça caso seus senhores recusassem a conceder a alforria, que algumas vezes era concedida antes do falecimento de seus antigos senhores, enquanto em outras ocasiões eram compradas pelos próprios escravizados.

Nesse cenário, diante das intensas lutas empreendidas pelos movimentos abolicionistas e pelos escravizados, a princesa regente promulgou a lei nº 3353 de 13 de maio de 1888, conhecida como Lei Áurea, que oficialmente “extinguiu” a escravidão no Brasil, uma vez que não estabeleceu políticas públicas para aos ex-escravizados.

É inegável que os três séculos de escravidão deixaram marcas profundas na história do negro no Brasil. Mesmo após a libertação, o estigma em relação ao negro persistiu. Ainda no século XXI, é possível observar suas manifestações, especialmente ao analisar a baixa representatividade de negros em cargos de poder no país. Não é absurdo afirmar que o Brasil, mesmo possuindo mais da metade da população composta por negros e pardos, é um país racista.

Como é sabido, após a “libertação” dos escravizados, muitos se viram obrigados a voltar a trabalhar para seus antigos senhores em situações análogas à escravidão. A maioria não sabia ler, desse modo, não tinham uma profissão específica. E isso durou muitos anos após a Lei Áurea, já que os filhos dos ex-escravizados não tiveram direito à educação e tampouco à cidadania.

Nesse sentido, o olhar sobre o negro não sofreu grandes modificações. Embora já não houvesse mais escravos de forma legalizada e institucionalizada, os senhores continuaram a existir, assim como o trabalho análogo à escravidão. Dessa maneira, o processo de construção da cidadania do negro foi um processo lento, pois os ex-escravizados não receberam nenhum tipo de assistência econômica e social que possibilitasse o alcance do *status* de cidadão.

### **Racismo na literatura brasileira**



Conforme Duarte (2013) no arquivo da literatura brasileira construído pelos manuais canônicos, a presença do negro mostra-se rarefeita e opaca, com poucos personagens, versos, cenas ou histórias fixadas no repertório literário nacional e presentes na memória dos leitores. Isso se dá porque a literatura dialoga com uma exterioridade perpassada pela história, já que os escritores são atravessados pela ideologia dominante da época.

Como vimos no tópico anterior, a história dos negros é marcada pela escravização. Essas marcas estão materializadas de diferentes modos, a exemplo, nos cargos de trabalho ocupados pelos negros, na baixa representação de negros nos cursos superiores considerados de elite, na quantidade de negros nas prisões e na literatura, uma vez que pouca luz incidiu sobre as obras afro-brasileiras que foram produzidas.

Considerando as peculiaridades da produção literária, os aspectos linguísticos, estilísticos, formais enfim, implicam efeitos de sentido peculiares a essa produção e, ainda, a literatura dialoga com uma exterioridade perpassada pela história, que constitui memória discursiva em diferentes produções e implica efeitos de sentido decorrentes da inscrição dos sujeitos e dos discursos em diferentes lugares sócio-histórico-ideológicos (FERNANDES, 2007, p.229).

Nessa orientação, a literatura, por ser atividade humana, é atravessada pela história e, quase sempre, pela ideologia vigente da sociedade. Isso justifica o apagamento da figura do negro na história da literatura. Os negros, por serem compreendidos como desalmados, como não pessoas, não eram temas de interesse dos escritores da época. É importante destacar que o preconceito racial não se limitou a esse recorte histórico, é possível observar estereótipos cruéis sobre o negro em obras literárias escritas nos séculos XIX e XX, bem como no século XXI, de modo um pouco mais velado.

## **Representações do negro na Literatura Brasileira**

O negro, na história da literatura brasileira, quase sempre foi apresentado numa posição secundária, inferior. Quando não estava ausente nas obras que compõem o cânone brasileiro, era apresentado de modo

secundário, marcado por estereótipos, isto é, representados como máquinas de trabalho, em textos que põem em destaque a força do homem negro, por exemplo, e/ou símbolo sexual.

Conforme Castilho (2009), antes de 1850, quando o tráfico negreiro passa a ser proibido no país, a presença do negro na literatura brasileira era quase inexistente. Após 1850, por outro lado, os escritores passaram a produzir textos sobre a vida dos negros, principalmente, sobre o modo como eram tratados. Em 1856, surge o primeiro romance abordando a temática do escravo, a saber, *O comendador*, de Pinheiro Guimarães.

Proença Filho (2004) observa que o negro tem no discurso literário nacional sua trajetória marcada por dois posicionamentos, como *objeto* e como *sujeito*. Para este autor, há uma literatura sobre o negro e uma literatura do negro. Na primeira, por exemplo, o negro ou o descendente de negro reconhecido como tal é personagem e os aspectos ligados às vivências do negro na realidade histórico-cultural do Brasil se tornam assunto ou tema. Aqui o negro é, quase sempre, representado a partir da estética branca dominante, revelando um arraigado de estereótipos: o escravo nobre, demônio e/ou vitimista, vingativo, infantilizado, pervertido, serviçal e subalterno.

No início do século XIX a temática negra passa a ser vista mais frequentemente na literatura. A escola romântica traz as primeiras incursões em uma literatura abolicionista, representada principalmente na figura de Castro Alves, com seu famoso *Navio Negreiro*. Mas a literatura anterior a Castro Alves já retratava o escravo, especialmente na poesia. A tônica, porém, desta poesia é descrever o escravo africano como um ser indefeso, melancólico e saudoso de sua pátria, vítima passiva dos maus-tratos da escravidão (LIMA, 2009, p. 70).

Na segunda, por seu turno, o negro passa a ter sua própria voz e a literatura passa a funcionar também como meio um instrumento de desconstrução dos estereótipos construídos ao longo da história e de denúncia contra o preconceito racial. Nesse contexto, diversos são os textos, inclusive de autoria negra, que passam a combater o olhar discriminatório sobre o negro, como veremos adiante. No entanto, inicialmente, o negro ocupava um lugar secundário na literatura brasileira sob diversos aspectos.

Na prosa, é um lugar muitas vezes inexpressivo, quase sempre de coadjuvante ou, mais acentuadamente no caso dos homens, de vilão. E isto desde os começos da produção letrada no país. Entre coadjuvante e vilão se situam dois tipos românticos produzidos pelo patriarca José de Alencar: a mãe, da peça de mesmo nome, e o anti-herói de outra peça, à qual batizou com o título nada sutil de *O demônio familiar*. Entre a mãe vítima da escravidão e o moleque enredeiro e algoz do bom humor de seus senhores, está o negro sob o jugo estreito do estereótipo: virtude vitimizada de um lado, falsidade e vilania, de outro (DUARTE, 2013, p. 147).

Quanto às mulheres, destaca-se a sensualidade e a disponibilidade para o sexo sem compromissos. Em resumo, os estereótipos mais recorrentes na literatura sobre o negro são resultados dos discursos que o colocam como objeto sexual, como vilão, pobre, vitimista e malandro. É representado ainda como alguém que deseja ser branco e que, para tanto, precisa apagar sua história e sua ancestralidade.

### **Vozes interditas: a literatura afro-brasileira em foco**

Michel Foucault, em sua aula inaugural no Collège de France, intitulada *A Ordem do Discurso* (1971), discute sobre os sistemas gerais de controle dos discursos desenvolvidos pela sociedade ocidental. No início de sua aula, Foucault (2014, p. 8-9) aponta que “em toda a sociedade a produção de discursos é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos”. Ele classifica esses procedimentos de controle em três grupos. Neste texto, porém, trabalharemos apenas com o primeiro grupo, denominado de procedimentos externos. Nele estão incluídas a interdição, a segregação e a vontade de verdade.

Segundo Foucault (2014, p. 9), o mais evidente e o mais familiar é a interdição, pois como se sabe, “ninguém tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa”. Daí, justifica-se o número ínfimo de obras publicadas de autoria negra.

Em relação à segregação, Foucault (2014) aponta que, desde a alta idade média, o louco é aquele cujo discurso não pode circular como o dos outros, sua palavra,

quando não anulada, é considerada menos importante. Aqui estabelecemos uma relação entre o louco e o negro, uma vez que o negro também foi segregado socialmente, deixado à margem da sociedade. Ainda no século XXI, pode-se observar uma série de acontecimentos que demonstram que o corpo branco tende a ser mais valorizado que o negro, como já anunciava Elza Soares ao interpretar “A carne mais barata do mercado é a carne negra”.

A vontade de verdade, por seu turno, expressa-se através de uma vontade de exclusão, na medida em que coloca à margem da sociedade aqueles que não são abarcados pela vontade de verdade adotada pelos que exercem maior poder em nossa sociedade.

Nessa esteira, compreende-se que ao longo da história, o negro teve sua voz e sua produção cultural, artística e literária interdidas, consideradas menos importantes em comparação com as do branco. A obra *O Quarto de Despejo*, publicada em 1960 por Carolina Maria de Jesus, por exemplo, mesmo alcançando um grande público, não deixou de ter seu valor literário questionado, inclusive por escritores consagrados na literatura brasileira, por ser uma mulher negra e favelada. Alguns críticos, por outro lado, conforme aponta Mott (1989), olhavam com ressalvas a obra de Carolina Maria de Jesus, negando inclusive a autoria de seus livros, atribuindo o valor da obra *O Quarto de Despejo* ao jornalista Audálio Dantas.

Como se não bastasse a segregação social, a vontade de verdade que imperou (e que impera, em certo grau) em nossa sociedade é a de que o branco é superior. Na literatura, conforme Duarte (2013, p. 148), “chega-se ao fim do século XX e o que se tem é o crescente embranquecimento da literatura brasileira, tanto na representação, quanto na autoria”. Este autor estabelece um diálogo com uma pesquisa que analisa diferentes romances brasileiros publicados pelas editoras de maior prestígio do país em dois períodos desenvolvidos por Regina Dalcastagnè. O primeiro abrange 80 escritores, 130 narrativas e se estende de 1965 a 1979, já o segundo, de 1990 a 2004 e abrange 165 escritores e 258 romances.

O estudo comprova que 93% dos 245 escritores são brancos. Entre todos os personagens das obras

publicadas entre os anos de 1965/1979, por exemplo, há apenas 4,7% de personagens negros, sendo que nenhum dos 130 romances analisados tem um negro como narrador.

No período entre 1990 a 2004, por seu turno, entre todos os personagens, apenas 7,9% são negros, sendo que, do total, apenas 5,8% são protagonistas e somente 2,7%, ou seja, quatro personagens num universo de cento e sete, são narradores e têm o poder de conduzir o texto.

A pesquisa aponta ainda que “mais da metade dos negros presentes nestas histórias cumprem papéis de bandidos ou contraventores, empregados domésticos, escravos, profissionais do sexo ou mendigos” (DUARTE, 2013, p.198). Com a pesquisa, Dalcastagnè (2011) observa que não há, no campo literário brasileiro, uma pluralidade de perspectivas sociais.

Nesse contexto, a literatura afro-brasileira representa uma quebra de uma teoria literária tradicional postulada como universal, o que nos faz imergir em engendramentos conceituais e discursivos, que, para além de pressupostos estéticos, abarcam questões ideológicas, culturais e de poder (SOUZA, 2016, p. 134).

Nessa orientação, compreendemos que a ausência do negro como protagonista na literatura brasileira é resultado da ação dos procedimentos de exclusão que incidiram sobre o corpo negro ao longo da história brasileira (e mundial) que procuram interditar e subjugar não só o corpo negro, mas também suas produções artísticas e literárias atendendo à lógica de uma sociedade perpassada por estereótipos e preconceitos contra o negro.

### **Poder e resistência: por um ensino de literatura plural e antirracista no ensino médio**

Antes do início das discussões sobre o ensino de literatura como um modo de resistência, faz-se necessário que seja tecida algumas considerações sobre o poder na perspectiva foucaultiana. Foucault (1988) elabora algumas proposições sobre o poder. Para ele, o poder não é algo que se adquire, arrebate ou compartilhe, algo que se guarde ou deixe escapar, mas que se exerce a partir de inúmeros pontos e em meio a relações desiguais e móveis; as relações de poder não se

encontram em posição de exterioridade com respeito a outros tipos de relações, como os processos econômicos, relações de conhecimentos, etc., mas lhes são imanentes; o poder vem de baixo, isto é, não há, no princípio das relações de poder, e como matriz geral, uma oposição binária e global entre os dominadores e os dominados, dualidade que repercute de alto a baixo e sobre grupos cada vez mais restritos até as profundezas do corpo social. Por fim, as relações de poder são, ao mesmo tempo, intencionais e não subjetivas.

Desse modo, o poder não pode ser localizado e está capilarizado na sociedade. Isso significa que todos podem exercer o poder, outros mais, outros menos. Sob a ótica deste autor, onde há poder, há resistência. As fugas dos escravos e a organização dos quilombos, por exemplo, é um modo de resistir ao poder exercido pelos senhores e, simultaneamente, um modo de exercício do poder que, mais tarde, acelerará o processo de abolição da escravidão.

Nessa esteira, Lima acredita que o movimento negro foi essencial para a ruptura de diversos estereótipos sobre o negro.

Com a ascensão dos movimentos de consciência negra no Brasil, como o Movimento Negro Unificado, do Rio de Janeiro, a Sociedade de Intercâmbio Brasil-África (SINBA), em 1972, e outros movimentos a partir de então, a literatura negra ganha destaque. Engajada na luta em prol dos direitos do cidadão afro-brasileiro, ela suplanta a literatura *sobre* o negro e faz agora uma literatura *do* negro e *para* o negro, com todas as particularidades sonoras, visuais e temáticas que a caracterizam, mas sem limitá-la a ser apenas um instrumento de resistência, como ocorre, por exemplo, nos manifestos comunistas. A literatura e a arte negra em geral estão sim, a serviço de uma luta contra o preconceito, mas a sua riqueza ultrapassa o âmbito do engajamento e seguem por uma série de inovações estéticas que mostram de maneira criativa o orgulho que o afro-brasileiro tem de suas origens, de sua religião, de sua cultura, de sua sexualidade (LIMA, 2009, p. 72).

Nesse contexto, considera-se que a produção da literatura do negro e para o negro, em outras palavras, a literatura afro-brasileira, pode ser compreendida como um modo de resistência contra uma literatura branca. É consensual entre os autores que trabalham com a literatura produzidas por brasileiros e brasileiras negros, como Duarte (2010), Fonseca (2006), Cuti (2010), entre outros, que o termo

literatura afro-brasileira ainda está em construção, mas que, de modo geral, refere-se às obras que, ainda que não sejam escritas por negros, abordam a vida de homens e mulheres negras numa perspectiva positiva, desconstruindo a visão preconceituosa que se formou sobre o negro – como máquina de trabalho e/ou objeto sexual.

Duarte (2010), aponta alguns elementos que podem categorizar este tipo de literatura, a saber:

Uma voz autoral afrodescendente, explícita ou não no discurso; temas afro-brasileiros; construções linguísticas marcadas por uma afro brasilidade de tom, ritmo, sintaxe ou sentido; um projeto de transitividade discursiva, explícito ou não, com vistas ao universo recepcional; mas, sobretudo, um ponto de vista ou lugar de enunciação política e culturalmente identificado à afrodescendência, como fim e começo (DUARTE, 2010, p. 122).

Em suma, a literatura afro-brasileira diz respeito aos textos que abordam a vida dos excluídos por razões de natureza étnico-racial. Nessa orientação, podemos considerá-la ainda como uma literatura de resistência, pois conforme explica Fonseca (2006), a relação entre cor e exclusão passa a ser recorrente na produção literária denominada pela crítica como negra ou afro-brasileira. Desse modo, consideramos a literatura afro-brasileira como uma produção literária que possibilita que diversas existências deixem rastro na história da literatura e, conseqüentemente, na história da sociedade brasileira.

Assim sendo, defende-se, neste texto, que é de suma importância que a literatura afro-brasileira seja incluída no currículo das escolas públicas e privadas do Brasil, especialmente, no ensino médio. Nessa etapa, os estudantes já possuem um conhecimento mais aprofundado sobre a história do país. Isso não significa que a literatura afro-brasileira não deva ser apresentada no ensino fundamental; ao contrário, ela pode ser introduzida, respeitando os estágios de desenvolvimento do sujeito (PIAGET, 1999), como um modo de combate ao preconceito racial que permeou o sistema educacional brasileiro.

Conforme atesta Foucault “todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar

a apropriação de discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo” (FOUCAULT, 2014, p. 41). Assim sendo, não se deve mais tolerar que a literatura afro-brasileira seja marginalizada, pelo contrário, pois a partir dela, podem ser desenvolvidas habilidades de leitura e compreensão de textos, bem como retornar à história para compreender a importância do negro para a formação não só da sociedade, mas também da(s) identidade(s) brasileira(s).

Desse modo, parafraseando Nelson Mandela, se até mesmo as instituições educacionais contribuíram para a perpetuação do racismo, elas podem também desconstruí-lo por meio de uma educação transformadora, engajada na luta por direitos sociais e plural. Elas podem se tornar instituições que possibilitem que as vozes que foram silenciadas por muito tempo circulem, sejam ouvidas e modifiquem as nossas práticas sociais, bem como a compreensão geral da nossa sociedade em relação ao negro. Essa abordagem permite que as existências que passaram sem deixar rastros sejam reatualizadas e sejam ouvidas, pois ainda há uma vontade de verdade que privilegia o homem branco.

Objetivando apresentar algumas propostas de obras literárias escritas por negros ou que abordam positivamente a temática racial, como uma maneira de combater o preconceito racial, destacamos os textos dos precursores de uma literatura do negro: *Viola de Lereno*, de Domingos Caldas Barbosa; *Trovas Burlescas de Getulino*, de Luiz Gama; *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis; *Recordações de Isaías Caminha*, de Lima Barreto; *Vencidos e Degenerados*, de José do Nascimento de Moraes, entre outros. Na contemporaneidade, sugerimos as obras de Conceição Evaristo e as obras de Luiz Silva, mais conhecido como Cuti.

Os movimentos de resistência dos negros justificam o aparecimento, nas últimas décadas, de alguns textos que tomaram o corpo negro como objeto de estudos em diferentes áreas. Na literatura, por exemplo, destacamos os trabalhos que buscaram dar lugar à voz de mulheres negras na academia, tais como os de Rodrigues e Morais (2019), que discutem em seu texto *O silenciamento das vozes subalternas na literatura afro-brasileira: uma análise da obra “quarto de despejo”*, de Carolina Maria de Jesus, sobre a importância da



literatura afro-brasileira enquanto um movimento de resistência e os estudos de Nascimento e Santos (2018) que abordam as vozes de mulheres negras que transcenderam o silenciamento.

### **Considerações finais**

Considerando as contribuições das teorias discursivas, é possível compreender que o silenciamento imposto às obras de homens e mulheres negras significa e produz efeitos na sociedade que podem ser desconstruídos, especialmente, no espaço da escola. Nesse sentido, a literatura afro-brasileira pode ser tomada como um objeto de estudo para a reflexão sobre a importância do seu ensino nas escolas, sobretudo no Ensino Médio, em todo o território nacional, constituindo uma educação plural, antirracista e, portanto, libertadora.

As obras literárias que representam os negros como objetos sexuais, violentos, malandros e sujeitos contribuem para a perpetuação do preconceito e reforçam o imaginário social negativo que se instaurou em relação aos negros. Não é demais lembrar que essa visão é resultado de um processo histórico, especialmente do sistema escravocrata, que perdurou por mais de três séculos e deixou marcas profundas na história do negro. No entanto, não defendemos que essas obras sejam descartadas, uma vez que possuem sua importância histórica e valor literário. Desse modo, consideramos que cabe aos professores ressaltarem que as representações dos negros nessas obras refletem perspectivas ultrapassadas, antiquadas e muitas vezes carregadas de preconceitos e estereótipos.

Além disso, compreendemos que as obras literárias escritas por homens e mulheres negras continuam sendo atravessadas por procedimentos de exclusão, sendo relegadas a um patamar inferior em comparação às obras literárias de autoria branca. Nesse sentido, a voz do branco continua a se sobrepor à voz do negro. Por essa razão, o ensino da literatura afro-brasileira é mais do que necessário, pois funciona como um movimento de resistência contra uma literatura “brasileira” majoritariamente branca.

A literatura afro-brasileira representa uma fissura no olhar tradicional sobre o que é literatura e sobre quem pode e faz literatura. E fazer ser ouvida a voz do negro em nossa sociedade é uma dívida histórica. Afinal, essas discussões só

ocorrem porque, infelizmente, muitos dos estereótipos constituídos desde o período escravocrata persistem em nossa sociedade. A literatura pode e deve ser um instrumento de luta e o ensino de literatura afro-brasileira é um dos caminhos possíveis.

## Referências

ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de; FILHO, Walter Fraga. Uma história do negro no Brasil. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural dos Palmares, 2006.

BETHELL, Leslie Michael. A abolição do comércio brasileiro de escravo. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002.

CUTI, Luiz Silva. Literatura negro-brasileira. São Paulo: Selo Negro, 2010.

DALCASTAGNÈ, Regina. A personagem negra na literatura brasileira contemporânea. In: DUARTE, Eduardo de Assis; FONSECA, Maria Nazareth Soares (Orgs.). Literatura e afrodescendência no Brasil: antologia crítica. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. Vol. 4: História, teoria, polêmica, p. 309-337.

CASTILHO, Suely Dulce de. A Representação do Negro na Literatura Brasileira: Novas Perspectivas. Olhar de Professor, [S. l.], v. 7, n. 1, 2009.

DUARTE, Eduardo de Assis. Por um conceito de literatura afro-brasileira. Terceira Margem, Rio de Janeiro, v. 14, n. 23, p. 113-138, jul./dez. 2010.

DUARTE, Eduardo de Assis. O negro na literatura. Terceira Margem, Rio de Janeiro. v. 06, n. 2, p. 146-153, jul./dez. 2013.

FERNANDES, Cleudemar Alves. "Literatura: forma e efeitos de sentido". In: FERREIRA, M. C.; INDURSKY, F (orgs). Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites. São Paulo: Claraluz, 2007, p. 229-238.

FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade 1: a vontade de saber. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13ª. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France*, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, Michel. *A vida dos homens infames*. In: \_\_\_\_\_. Estratégia, poder-saber. Ditos e escritos IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

FONSECA, Maria Nazareth Soares. Literatura Negra, Literatura Afro-Brasileira: como responder à polemica? In: Literatura Afro-Brasileira. Org. Forentina Sousa, Maria Nazaré Lima. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

JACINTHO, Nicolas Ferreira Neves. Os descaminhos de Mnemosine: exílio e memória

na obra de Elisa Lispector. 2022. 148 p. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Estudos de Literatura) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2022.

LIMA, Carina Bertozzi de. Literatura negra - uma outra história. Terra Roxa e Outras Terras: Revista de Estudos Literários, [S. l.], v. 17, n. 1, p. 67–77, 2009.

MOTT, Maria Lúcia de Barros. *Papéis Avulsos* 13. Escritoras Negras resgatando a nossa história. Rio de Janeiro: CIEC – Centro Interdisciplinar de Estudos Contemporâneos/UFRJ, 1989.

NASCIMENTO, Larissa Silva.; DOS SANTOS, Michelle. A linguagem da mulher negra: vozes que transcendem o silenciamento. Revista Água Viva, [S. l.], v. 3, n. 3, 2018.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. Análise de discurso: princípios e procedimentos. 5. ed. Campinas, SP: Pontes, 2003.

PROENÇA FILHO, Domício. A trajetória do negro na literatura brasileira. Estudos Avançados, [S. l.], v. 18, n. 50, p. 161-193, 2004.

PIAGET, Jean. Seis estudos de psicologia. Tradução: Maria Alice Magalhães D' Amorim e Paulo Sergio Lima Silva - 24º Ed. Rio de Janeiro: FORENSE UNIVERSITARIA, 1999.

RODRIGUES, Wallace; DE MORAIS, Patrícia Karla. O silenciamento das vozes subalternas na literatura afro-brasileira: uma análise da obra “quarto de despejo”, de Carolina Maria de Jesus. Linguagens - Revista de Letras, Artes e Comunicação, [S.l.], v. 13, n. 3, p. 503- 515. 2019.

SOUZA, Taise Campos dos Santos Pinheiro de. Literatura negra e diferença cultural. Revista Trama, Marechal Cândido Rondon, v. 12, n. 25, 2016, p. 133-156.

**Recebido em:** 08 de Janeiro de 2024

**Aceito em:** 29 de Março de 2024